

MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. *Uma história da UNE (1945-1964)*. Campinas: Pontes Editores, 2014. 352 p.

Thiago Henrique Sampaio



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/horizontes/1686>
ISSN: 1806-9983

Editora

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Edição impressa

Data de publicação: 31 Maio 2017
Paginação: 382-387
ISSN: 0104-7183

Referência eletrónica

Thiago Henrique Sampaio, « MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. *Uma história da UNE (1945-1964)* . Campinas: Pontes Editores, 2014. 352 p. », *Horizontes Antropológicos* [Online], 48 | 2017, posto online no dia 01 junho 2017, consultado o 19 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/horizontes/1686>

MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. *Uma história da UNE (1945-1964)*. Campinas: Pontes Editores, 2014. 352 p.

*Thiago Henrique Sampaio**
Universidade Estadual Paulista – Brasil

UNE: espaços, sujeitos, temporalidades e resistências

Atualmente se nota a juventude protestando por melhorias importantes no país. Como as marchas que levaram jovens às ruas em junho de 2013 solicitando transformações sociais e políticas. No cenário social, do segundo decênio do século XXI, no Brasil ocorreram as ocupações feitas por secundaristas em diversas escolas denunciando o desmazelo na educação básica. Por sua vez, receberam apoio dos universitários, que no mesmo período faziam greves exigindo melhorias na qualidade do ensino superior. Nesses atos, sempre esteve presente a participação da UNE (União Nacional dos Estudantes), dando apoio aos manifestantes e ajudando nas mais diversas formas.

Nessa conjuntura está inserido o lançamento do livro de André Luiz Rodrigues de Rossi Mattos, *Uma história da UNE (1945-1964)*, em 2014, no qual o autor pesquisou os anos iniciais dessa instituição, sua formulação, suas brigas internas por sua liderança e os protestos ocorridos na época de sua solidificação como órgão representativo da juventude brasileira.

O livro é resultado de sua dissertação, defendida no Programa de Pós-Graduação em História na Unesp/Assis sob o título *Radicalismo de esquerda e anticomunismo radical: a União Nacional dos Estudantes entre os anos de 1945 a 1964*. O autor se embasou em um rico repertório de fontes entre jornais, revistas e relatórios de gestão, pesquisado em diferentes centros de documentação e bibliotecas nacionais. A obra encontra-se dividida em prefácio, apresentação, introdução, quatro capítulos e a conclusão. O prefácio

* Mestrando em História (bolsista CNPq). Contato: thiago.sampaio92@gmail.com

foi brilhantemente escrito por Lincoln Secco, que faz lembrar a importância da UNE como instituição representativa dos estudantes brasileiros, e a apresentação, redigida por Antonio Celso Ferreira, mostra questões atuais como o protagonismo juvenil na sociedade brasileira.

Na introdução, André Mattos buscou ressaltar as participações da UNE em vários atos ao longo da sua fundação, como na entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial contra os países do Eixo, nos embates políticos ao final do Estado Novo, nas campanhas nacionalistas pelo petróleo, apoio à posse do presidente João Goulart e atuações diversas contrárias ao regime militar brasileiro.

Todavia, o autor enfatiza que sua obra não busca relembrar grandes feitos, mas entender as disputas internas que aconteceram durante a consolidação da UNE como instituição representativa do movimento universitário nacional. Dessa forma, sua abordagem procura dar ênfase nas organizações, partidos e grupos que atuaram na entidade. A partir desse roteiro, é demonstrado que o movimento estudantil não foi homogêneo e imutável ao longo do tempo, mas que refletia valores e conflitos sociais do seu momento.

As forças políticas com ideologias, valores e crenças próprias que emergiram na direção da entidade ao longo das décadas abordadas estiveram relacionadas aos conflitos e contradições existentes no interior das instituições universitárias. Não se pode acreditar que as ideias, opiniões, projetos e atitudes conflitantes nos espaços acadêmicos estejam em dissintonia com a sociedade brasileira da época, assim é necessário encará-los como um reflexo desses processos históricos que o país vivia.

No primeiro capítulo, “Entre os anos de 1945 e 1950: udenistas, socialistas e anticomunistas”, o autor ressalta que a partir de 1945 os universitários ligados ao comunismo perderam espaço no interior do movimento universitário brasileiro, especialmente nos diretórios políticos da UNE. No V Congresso Nacional dos Estudantes, em 1942, Hélio Almeida foi eleito, apoiado pelos comunistas; seu posicionamento, de apoio ao governo Vargas, não foi consensual entre os jovens. Entre 1944 e 1945, diversos setores estudantis passaram a defender a democratização do país, nessa perspectiva o apoio à continuidade de Vargas no poder não era bem vista. Estes grupos começaram a ascender nas disputas pelos diretórios da UNE.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, a UNE e a UDN se unem no processo de recondução da democracia no Brasil. Essa aliança entre as duas entidades é consequência da posição que Prestes adotou no processo de

redemocratização, na qual via a necessidade de Vargas em um governo de transição nacional. A partir disso, os estudantes começaram a se mobilizar pela democratização ao lado UDN e se afastaram de setores comunistas. Com a convocação das eleições, os jovens declararam apoio ao brigadeiro Eduardo Gomes e convocavam diversos estudantes do país a ingressarem na UDN.

Com a derrota de Eduardo Gomes nas eleições de 1945, as relações entre a UDN e setores estudantis sofreram transformações. O partido criou um Departamento Estudantil e buscou organizá-lo como força política no meio universitário e dentro da UNE. Até 1950, o Departamento Estudantil da UDN teve grande influência no movimento universitário nacional. A partir da década de 1960, sua influência começou a decrescer até se tornar praticamente nula.

No VIII Congresso Nacional dos Estudantes, em 1945, aconteceu a vitória dos udenistas no diretório da UNE. No ano seguinte, em seu evento anual, foi marcada a divisão do movimento universitário brasileiro em estudantes udenistas e estudantes ligados à esquerda democrática e ao PCB. Durante esses dois anos, a UNE foi marcada pela contínua força da UDN e a união entre comunistas e socialistas no meio universitário brasileiro.

Já no Congresso de 1947, a união estabelecida entre comunistas e socialistas rendeu frutos, pois conseguiram a vitória frente ao Departamento Estudantil da UDN. Com a eleição desse novo diretório, a UNE protestou contra a cassação do registro do PCB, que considerava uma afronta à democracia brasileira, e a desmoralização que o Congresso Nacional estava passando na sociedade.

Ao final da década de 1940, a UNE participou de diversos protestos nacionalistas, como a Campanha do Petróleo (1945-1949), greve contra o aumento da tarifa dos bondes (1948-1949) e o Congresso Brasileiro da Paz (1949).

Em 1948, no XI Congresso Nacional dos Estudantes, a ala de esquerda conseguiu novamente ser eleita e diversas pautas sobre temas educacionais em torno da reforma de ensino foram levantadas pelos setores atuantes dentro da UNE. Nesse final de década, a instituição teve sérios problemas com o MEC sobre questões de repasse de verbas para a realização de seus congressos, gastos administrativos e seu prédio-sede. Qualquer ação que desagradasse o governo motivava retaliações à UNE, devido ao grupo político que estava em sua administração.

No XIII Congresso Nacional dos Estudantes, de 1950, aconteceu a derrocada da aliança dos setores de esquerda. Com a subida de conservadores na

direção da entidade aconteceu a legitimação do anticomunismo ao nível de direção da UNE, o que acarretou uma dominação ideológica no interior da instituição, que passou por uma reordenação de seus atores políticos.

O capítulo seguinte, “Comunistas e anticomunistas no movimento universitário na primeira metade dos anos de 1950”, mostra a análise das disputas internas e os realinhamentos que a entidade passou na década de 1950.

Na primeira parte do decênio de 1950, a UNE abriu frentes diretas de combate ao comunismo: buscou vetar sua influência nos meios estudantis; denunciou os festivais da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD) como um local de recrutamento de jovens pelos comunistas; denunciou as políticas adotadas pela União Internacional dos Estudantes (UIE) e houve tentativas de desligamento deste órgão, e criticou os movimentos pela paz, considerados como instrumentos políticos usados para propagar a ideologia da URSS no pós-guerra.

Em 1952, a UNE se posicionou contra a UIE e desligou-se da instituição, pois a considerava uma organização sectária, traidora de seus objetivos no movimento universitário e disseminadora da ideologia comunista.

Na segunda metade da década de 1950, aconteceu a vitória de uma nova frente de esquerda para o diretório da UNE. A partir disso, os princípios da entidade foram norteados pelas posições desenvolvimentistas nacionais, comércio internacional independente e pacífico, monopólio da exploração do petróleo e de outros recursos minerais, contra a influência política e econômica norte-americana, a luta contrária à desigualdade social e econômica nas diferentes regiões do país e sua emancipação política no contexto internacional da Guerra Fria.

As pautas nacionalistas levantadas pela UNE foram características marcantes do movimento estudantil para a formulação de suas ideias em defesa da democracia, pela reforma do ensino universitário e básico no país.

No terceiro capítulo, “A renovação radical do movimento universitário: a Juventude Universitária Católica e a Ação Popular”, o autor busca trazer à discussão a participação de setores religiosos, ligados à Igreja Católica, na constituição e consolidação da UNE no decorrer das décadas de 1950 e 1960.

Criada em 1935, a partir de organização da Ação Católica Brasileira (ACB), a Juventude Universitária Católica (JUC) tinha como foco de atuação a juventude universitária brasileira. Ela possuía duas frentes de atuação: a primeira era a defesa da reforma universitária, pois entendia a academia como

um local seletivo e que não cumpria a sua missão social, que era a inserção de jovens culturalmente, profissionalmente e socialmente em suas comunidades. Outra frente era relacionada às suas responsabilidades sociais, em que atuou na formação de uma frente operário-estudantil através da qual buscava as transformações que o país necessitava. Pode-se entender que as suas frentes de atuação trazem demandas até hoje não atendidas no meio universitário, pois a universidade ainda é um espaço seletivo e para poucos.

A JUC aparece como ator político dentro da UNE a partir de 1952, quando lançou candidato a presidente da entidade e nos anos seguintes foi ganhando espaço dentro da instituição. Em 1960, quando seus grupos mais progressistas se aliaram abertamente com o PCB, tornou-se possível a eleição de seu candidato a presidente da UNE, Aldo Arantes. Essa eleição marcou uma transformação nas disputas políticas existentes dentro da entidade, pois a JUC superou forças políticas tradicionais dentro do movimento universitário como a UDN, comunistas e socialistas.

Após a eleição de seu presidente, a JUC buscou a participação da UNE na UIE, como também tomou posições importantes no andamento do projeto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Esses acontecimentos marcaram o início de um conflito que perduraria nos anos seguintes entre a JUC com a ACB e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Para resolver os conflitos desencadeados com a hierarquia da Igreja Católica, foi criada no interior da JUC a Ação Popular (AP), através da qual se buscou a conversão de grupos políticos cristãos ao marxismo, vinculando-se ao movimento da Nova Esquerda (surgido na década de 1960), assumindo compromisso com o processo de revolução nacional e com o socialismo. A Ação Popular não era um grupo exclusivamente católico, ela abrigava militantes de igrejas protestantes, profissionais autônomos, militantes de esquerda independente do PCB, estudantes secundaristas e outros movimentos sociais.

No início da década de 1960, a UNE participou de diversos protestos e movimentos sociais importantes para a história do país, pois assumiu em seus documentos oficiais uma aliança com o operariado e o campesinato nacional em busca de melhorias sociais importantes para a transformação e desenvolvimento da nação. Entre esses movimentos estavam o Centro Popular de Cultura (CPC) e a Frente de Mobilização Popular (FMP), que tomou partido nas Reformas de Base e iniciou as discussões e reivindicações de uma reforma universitária.

O quarto capítulo, “Disputas de conteúdo: a UNE como instrumento de subversão”, busca analisar as participações sociais e políticas que a entidade teve até o golpe de 1964 e os discursos formulados sobre ela que se propagam até os dias atuais.

Na década de 1960, a esquerda retomou a presidência da instituição. O breve período de 1960-1964 ficou marcado pelo apoio de estudantes universitários aos movimentos sociais e políticos que o país atravessou, além de projetos de transformações sociais que foram pleiteados por setores progressistas da sociedade brasileira. Uma dessas pautas que se encontra presente até hoje é a universidade pública e de qualidade para todos.

Nos anos de 1961 a 1963, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) buscou criar propagandas para convencer os estudantes a abandonarem as concepções de esquerda, socialista ou comunista. Essas ações buscaram manchar a imagem da UNE perante os jovens, pois diziam que seus objetivos como entidade do movimento universitário estavam sendo traídos e desvirtuados pelas ideologias presentes nela.

Em 1962, começou a prevalecer a ideia de que não era o interior da entidade ou o movimento estudantil que precisava passar por uma limpeza ideológica contra o comunismo e a se perpetuar o discurso de que o Brasil não precisava mais da UNE, que a entidade precisaria ser aniquilada como órgão representativo dos estudantes brasileiros. Após o golpe militar, através das propagandas feitas pelo Ibad, criou-se a associação de que estudantes que protestam ou criticam problemas políticos e sociais não estudam ou são vagabundos. Essa mentalidade encontra-se presente até hoje no cerne da sociedade brasileira, ficou evidente que os mesmos discursos foram proferidos contra os jovens que protestaram nas marchas de junho de 2013 ou dos estudantes secundaristas que ocuparam diversas escolas pelo país nos anos de 2015 e 2016. Com a ditadura militar, a UNE foi posta na ilegalidade, mas a sua atuação na sociedade brasileira continuou presente nos 21 anos sombrios que terminaram só em 1985.

A obra de André Mattos é importante para se compreender a heterogeneidade que existe nas agremiações estudantis, buscando desconstruir o discurso perpetuado de uma UNE sempre atrelada à esquerda, a movimentos progressistas ou populares do Brasil. É um livro fruto das demandas do seu tempo, em um momento que a juventude busca seu papel histórico de protagonista social e político dentro da sociedade brasileira.